

# BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST

KAROLINE MARTINS MOREIRA<sup>1</sup>  
ROBERTO MEDEIROS DA COSTA JÚNIOR<sup>2</sup>



## Resumo

O presente artigo busca apresentar um levantamento bibliográfico sobre a História do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), investigando com base em cinco livros do campo das Ciências Humanas. Buscamos compreender como essa narrativa de memória e essa produção de discurso vem sendo construída, entendendo a partir de Foucault como o discurso enquanto poder pode refletir na sociedade e operar na manutenção e organização de um dos maiores movimentos sociais da América Latina.

**Palavras-chaves:** MST. Reforma agrária. Poder. Movimento Social. Campo.

## Abstract

This article search to present a bibliographical survey on the History of the MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), investigating based on five books in the field of Human Sciences. We seek to understand how this memory narrative and discourse production has been constructed, understanding from Foucault how discourse as a power can reflect on society and operate in the maintenance and organization of one of the largest social movements in Latin America.

**Keywords:** MST. Agrarian reform. Power. Social Movement. Countryside.

## Panorama sobre a investigação do estudo

Este estudo apresenta um levantamento bibliográfico dentro das áreas das Ciências Humanas que procura abordar a História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para que a partir deste, se perceba quem está construindo esta narrativa de memória e como ela está sendo escrita.

Para investigarmos a construção do discurso sobre o MST, recorreremos a Foucault, com sua obra “A ordem do discurso” que analisa e levanta a hipótese de que o discurso pode ser controlado, principalmente a partir de princípios de exclusão. A partir desta tecnologia de controle, quem tem esse domínio, tem a possibilidade de dominar os mecanismos de poder e os corpos na sociedade.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social, na linha de Cultura, Poder e Representações, pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [karolinemoreira@edu.unirio.br](mailto:karolinemoreira@edu.unirio.br)

<sup>2</sup> Graduando em História e membro bolsista do Centro de Estudos Agroambientais da América Contemporânea da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [robertomedeiros@edu.unirio.br](mailto:robertomedeiros@edu.unirio.br)



Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8 e 9).

Considerando estas afirmativas, este trabalho busca entender como está sendo a produção dos discursos intelectuais sobre o MST. O artigo se dará principalmente por cinco obras publicadas em livros, por entender a relevância do tipo de publicação e da facilidade de acesso, e também por serem considerados como clássicos do tema. Os livros utilizados foram: *Rompendo a Cerca*, escrito por Sue Branford e Jan Rocha, *Pioneiros do MST*, de Eduardo Scolese, *História da Luta Pela Terra e o MST*, de Mitsue Morissawa, *A Formação do MST no Brasil*, de Bernardo Mançano Fernandes e *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, de Roseli Salette Caldart. Escolhemos organizar as obras em ordem cronológica, por questões metodológicas.

Como uma perspectiva para o campo da História, buscamos o Banco de Teses e Dissertações da Capes, para compreender como os novos historiadores estão lidando com o tema, que buscam pensar a história do MST; se filtrarmos por História como área específica, ao todo foram 72 resultados, são 51 dissertações de mestrado e 21 teses de doutorado, de 1996 até 2019. Ficou perceptível que existe um cuidado ao tratar do assunto, tanto que as pesquisas não se mostram amplas, voltam-se para um recorte a partir de uma História Regional, resultando assim na ausência de estudos nacionais sobre o objeto. A análise deste recorte contribuirá para novas questões, como a historiografia e sua dificuldade de lidar com temas recentes; evidenciando a necessidade de maior aprofundamento sobre a História do tempo presente.

### **Terra para quem nela trabalha e vive - A construção do MST**

Através de uma reflexão e estudo dos conflitos pela terra no Brasil, nota-se que as formas de luta e resistência dos trabalhadores do campo ao monopólio da propriedade da terra no país, já acontecem há séculos, principalmente através de movimentos sociais. Para explicá-los partimos da caracterização da socióloga Maria Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil (GOHN, 1997, p. 251).

No final do século XIX, se tem uma das principais experiências de resistência campesina, a guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897 no interior do estado da



Bahia. O embate envolveu o exército brasileiro contra os grupos de comunidades sociais rurais e religiosas, que liderados por Antônio Conselheiro lutavam por latifúndios caracterizados historicamente como improdutivos.

No século XX se deu outro movimento de luta pela terra, as Ligas Camponesas. Tiveram seu início na década de 1950, com origem no Engenho Galileia, em Pernambuco. Seu objetivo inicial era:

Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para caixõezinhos de madeira destinados às crianças, que naquela região morriam em proporções assustadoras. (O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como a aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica.) (JULIÃO, 1962. p.24)

Construída principalmente por José dos Prazeres, elas projetaram líderes ao longo da atuação das Ligas, como Francisco Julião e Elisabeth Teixeira, emergindo assim, à cena política nacional a luta dos trabalhadores rurais. Funcionando como inspiração e apoio ao campesinato para enfrentar os donos dos latifúndios, principalmente na região Nordeste, em 1964 foram postas na ilegalidade pelo governo militar e perseguidas. As Ligas Camponesas tiveram uma influência um pouco mais presente na construção do MST, que desenvolveu seus princípios a partir do aprendizado de suas experiências durante os anos de atividade<sup>3</sup>.

Assim como as Ligas, outra entidade que auxiliou o processo de construção do MST foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização religiosa, baseada na Teologia da Libertação<sup>4</sup>. Sua criação foi em 1975, em um Encontro Pastoral da Amazônia Legal, com os objetivos de organizar os trabalhadores do campo. Teve uma importante atuação nacional, que para eles era de extrema necessidade. E já na década de 1980 passou a influenciar várias lutas pela terra, inclusive influenciando pessoas que se tornaram líderes do MST.

Na trajetória da CPT ganha um destaque seu papel na denúncia sobre diversas formas de violência que se abatem sobre os trabalhadores do campo e que se desdobrou na construção de banco de dados e em um trabalho pioneiro de sistematização de informações vindas dos mais diferentes pontos do país. O esforço de produção regular de dados quantitativos, com uma metodologia

<sup>3</sup> STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.20.

<sup>4</sup> Corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutinam agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social [...] ao mesmo tempo, incorporou metodologias desenvolvidas pelo Marxismo. (STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.2)



inicialmente ainda rudimentar, sobre as diferentes faces da violência, iniciou-se no final dos anos 1970. O primeiro relato foi publicado em 1980 (MEDEIROS; CPT; 2016, p.59).

Segundo a própria CPT, a organização de um banco de dados nacional tinha os seguintes objetivos:

a) identificar e traçar um quadro geral, um mais completo possível, dos conflitos de terra no Brasil e b) elaborar um texto simples, contendo os dados e análise dos mesmos, para servir de auxílio na ação pastoral e nos demais trabalhos desenvolvidos juntos aos lavradores (CPT, 1983; apud: MEDEIROS; CPT; 2016, p.60).

Segundo Fernandes (2001) podemos afirmar que a partir das décadas de 1960 e 1970, o campo passou por profundas transformações, intensificadas pela ditadura militar (1964-1985). Essas mudanças foram resultantes da implantação da estratégia de dominação no campo baseada a partir do terror militar<sup>5</sup> e da instauração de um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e do agronegócio, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Este processo fora denominado por Silva (1982) de modernização dolorosa<sup>6</sup>.

O MST foi influenciado a partir de todo este histórico de luta pela terra, pela organização dos trabalhadores do campo e principalmente pelo contexto político de ditadura militar. O Movimento teve início com suas primeiras ocupações, em sua gestação entre 1979 e 1984<sup>7</sup>, até o seu nascimento de fato, em janeiro de 1984 no I Encontro dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. No ano seguinte o MST reuniu 1500 delegados e 22 estados no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra.

Nesse encontro foi elaborado um conjunto de resoluções que envolviam a demanda por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, desapropriação de todas as propriedades com área acima de 500 hectares, distribuição imediata de todas as terras em mãos dos estados e da União, expropriação das terras das multinacionais, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos”. Além disso, as ocupações de terras ociosas ou públicas foram consideradas como caminho para a realização da reforma agrária, dentro do lema: “Terra não se ganha, se conquista” (MEDEIROS; 1989, p. 166).

<sup>5</sup> MOURA, Clóvis. Sociologia Política da guerra camponesa de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p.127.

<sup>6</sup> Refere-se a análise do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira nos anos 1970, que modernizou as tecnologias e dinamizou a territorialização do capital no campo, mantendo a concentração da propriedade nas mãos de poucos, que resultou na exclusão social. Ver em: SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

<sup>7</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. p.50.



A partir deste lema o MST tem se organizado em âmbito nacional pela reforma agrária através das ocupações de terra, sendo considerado um dos maiores movimentos sociais da América do Sul. Dado sua relevância histórica, este artigo tem o papel de contribuir para a divulgação deste movimento tão importante para a História do Brasil. pesquisa se dará, como dito anteriormente, a partir da análise de obras que são fundamentais para o entendimento do MST, refletindo sobre como as narrativas apresentam o Movimento dentro de suas áreas do conhecimento.

### **A formação do MST no Brasil. Bernardo Mançano Fernandes, 2000**

Concebido como sua tese de doutorado na USP, a obra foi publicada pela editora Vozes em 2000. O autor analisa os processos de formação e territorialização do MST, em 22 estados onde o Movimento está organizado, desde sua origem nas primeiras ocupações em 1979, até 1999 ano de conclusão da tese.

Dessa forma, por meio da pesquisa memorial, entrevistei 156 pessoas: sem-terra, religiosos, prefeitos, parlamentares, sindicalistas, assessores e pesquisadores, que relatam suas participações na construção do MST. As questões colocadas nas entrevistas são referentes a formação espacialização e territorialização do Movimento nos estados. [...] por meio das entrevistas, busquei recuperar o princípio da organização do Movimento, as instituições que apoiaram as lutas, as diferentes experiências de resistência, a construção da autonomia política, das instâncias de representação e dos setores de atividades (FERNANDES; 2000, p.20).

Uma dessas 156 entrevistas para a conclusão de sua tese gerou outro livro, o Brava Gente, publicado pela editora Fundação Perseu Abramo e composto por uma longa entrevista que se deu durante três dias e foi realizada em 1998. A entrevista fora feita somente com João Pedro Stedile, um dos fundadores do movimento social, formado em economia pela PUC-SC. Através de perguntas e respostas, Bernardo busca compreender a partir das experiências de Stedile, a História do MST, suas origens na luta pela reforma agrária, como são seus princípios organizativos e que projetos são desenvolvidos nos assentamentos. Para além da pesquisa memorial utilizada na obra, o autor adota outro procedimento metodológico, que foi a pesquisa documental. Sua proposta para o livro fora:

Procurar compreender o processo de formação e territorialização do Movimento a partir dos conteúdos das entrevistas, dos estudos realizados por pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas, e dos dados colhidos por meio da pesquisa documental (FERNANDES; 2000, p.21).



Através do campo da Geografia, Fernandes em seu estudo se aproxima dos conceitos de territorialização e espacialização da luta pela terra, como condição essencial para compreender a formação do Movimento em suas dimensões social, econômica, política e nacional. A partir da caracterização do trabalho de base feito no movimento o autor expõe os conceitos:

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de um outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem-terra. E dessa forma, vão criando o Movimento na sua territorialização. A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação (FERNANDES; 2000, p.282 e p.283).

Trata-se de um estudo acadêmico aprofundado que procura dar voz ao MST, apresentando uma narrativa contra hegemônica. Após a análise da obra concluímos que é de grande contribuição à História do MST, a partir da perspectiva da geografia da luta pela terra no Brasil, e principalmente por ser um trabalho complexo e minucioso, tornando-se uma importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras.

### **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Roseli Salete Caldart, 2000**

Para adentrarmos no campo da pedagogia sobre a história do MST, buscamos o livro Pedagogia do Movimento Sem Terra, escrito por Roseli Salete Caldart, formada em pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, que se propõe a analisar a construção do Movimento através da ótica educacional.

O texto, produto de sua tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, publicado em 2000 pela editora Vozes, na tentativa de entender o sentido educativo do MST, destaca a questão dos processos sociais que ocorrem no Movimento, apresentando-o como um prelúdio educativo, reconstruindo sua história e o método de construção da mudança do indivíduo a partir da escola adequada à realidade dos Sem Terra como parte da educação.

O que estou propondo neste trabalho é que olhemos para a história da formação deste novo sujeito social chamado Sem Terra buscando enxergar nela uma pedagogia, ou seja, um modo de produzir gente, seres humanos que assumem



coletivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino, social e humano. [...] No trabalho descrevo e analiso como acontece o processo que constitui o que estou chamando de Pedagogia do Movimento, e como a escola acaba sendo ocupada pela intencionalidade pedagógica do MST (CALDART; 2000, p.16).

Ao apresentar a experiência de formação humana dentro do movimento, a autora estabelece a noção de que o MST tem um sentido sociocultural. Para ela, o que se forma a partir dessa experiência educacional é um novo sujeito social e cultural, uma transformação profunda, principalmente através de sua forma dinâmica de luta e dos valores que estão presentes no cotidiano.

A autora se baseia em três fontes: a realidade do MST e de que modo a sociedade enxerga o movimento, o legado teórico da história social marxista para entender os procedimentos das transformações sociais, e princípios da teoria pedagógica em seu enfoque cultural, que possibilitam analisar a questão da formação ampla do processo educativo.

Depois de sustentar sua perspectiva para com o MST, Caldart articula ao processo de formação dentro do movimento, buscando detalhar o processo sociocultural considerado indispensável para sua dinâmica. Dois aspectos são cruciais para esse entendimento: o âmbito histórico do Movimento relacionado a conjuntura em seu surgimento e desenvolvimento de sua organização e de seu projeto social; e a amplitude da experiência humana, com a influência de ações e vivências sobre as pessoas participantes. Com relação a esse sentido, a pedagoga explica o seu método para entender o MST:

Penso que nada fortalecerá mais o Movimento hoje do que saber-se, pensar-se como parte de um processo histórico mais longo, amplo e complexo, e como enraizado em uma cultura que projeta um mundo, ou um tipo de organização da sociedade que ainda não existe, mas cuja ideia resiste no imaginário de um povo que não sucumbiu ao domínio da ideologia do ‘fim da história’ e do chamado pensamento único. (CALDART; 2000, p.30)

Após essa breve análise da obra, podemos concluir que a pesquisa de Caldart faz entender que a história da educação está profundamente ligada ao estabelecimento de uma cultura política pública, que promova o aprendizado, a igualdade, a terra, como prioridade garantida a todos. Para além disso, o estudo tem a importância de trazer essa perspectiva pedagógica e cultural para compreendermos a história do MST, suas lutas e sua educação.

**A História da luta pela terra e o MST. Mitsue Morissawa, 2001**



Esta obra trata-se de um livro didático, lançado pela editora Expressão Popular. Seu intuito é trazer para jovens, de forma clara e objetiva, a História da luta pela terra e o caminho que levou a criação do MST. Nas palavras da autora, na apresentação do livro:

Este livro foi escrito para os jovens, em especial para os jovens do MST, mas ele pode ser lido com certeza por todos os que desejem conhecer a história de uma luta da qual só têm a visão entrecortada oferecida pela quase sempre suspeita mídia escrita, falada e televisionada (MORISSAWA, 2001. p.3).

Como já demonstrado, a autora tem a preocupação de tratar o assunto diferente das formas hegemônicas, como um livro didático, a proposta é trazer a reflexão para o leitor. Inicia mostrando como a terra está envolvida particularmente com o capitalismo e as relações sociais de poder que envolvem o capital.

Em pequenos textos, o livro é dividido quatro partes. A primeira trata-se de contextualizar a o surgimento do Estado, sua relação de poder e o surgimento do capitalismo como a principal forma econômica. Assim, ela explica qual a relação da terra, enquanto propriedade privada, e passa pelos grandes acontecimentos históricos que tendem a explicar o mundo atual; como a Revolução Francesa, o Imperialismo, as Guerras Mundiais e Fria e a Era da Globalização e as demandas da desigualdade. Tudo isso explicados em pequenos textos, seguindo a lógica história mundial para contextualizar o surgimento do Movimento.

A segunda parte do livro já é pensando especificamente o Brasil, seu trabalho minucioso começa na Colônia, pensando sempre a relação social da terra x capital. Ela escreve sobre a escravização dos negros e indígenas, que obviamente é um ponto importantíssimo para quem quer aprender sobre a luta pela terra, e a necessidade de uma reforma agrária. Inclusive ela já pontua o problema racial na divisão das terras logo no início na divisão das Capitânicas Hereditárias, e nas concessões de Sesmarias.

O sesmeiro tinha o direito de posse, mas o rei lá em Portugal, ficava com o domínio. Explicando: a terra não era propriedade do sesmeiro. Se ele não a usasse para produzir num determinado prazo, muitas vezes de dois anos, teria de devolvê-la ao rei. Este, por sua vez, podia concedê-la a outra pessoa. As benfeitorias feitas pertenciam de direito a quem a tivesse feito ou mandado fazer. Por exemplo, se um agregado da fazenda construísse nela sua própria casa, tornava-se proprietário de casa em terra alheia e podia vendê-la a um terceiro. Até pelo menos o século XVIII não podiam receber sesmaria os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. Assim os hereges, os índios, os negros, os mouros e os judeus não podiam ter terra no Brasil (MORISSAWA, 2001. p.58).

Ainda na segunda parte a autora se compromete a falar sobre a luta pela terra de 1888 a 1964, considerando a abolição e o fim do regime democrático. No pós golpe de



64, Morissawa adentra para os graves problemas da lutas dos movimentos sociais em um período ditatorial. E neste caminho a segunda parte passa pelos governos democráticos e sua relação com a questão da terra, até o período atual, que no caso era 2001.

Assim, contextualizando detalhadamente os percursos da luta pela terra no Brasil, Morissawa dedica a terceira parte do livro ao MST, sua história e perspectivas. A autora trata desde o início do “pré” MST, as lutas e ações que levaram até a organização do movimento, como explicado na introdução deste artigo. Além de traçar um panorama regional, para que o leitor entenda que a questão da terra é uma questão de todos, não só dos camponeses.

Por se tratar de uma narrativa contra hegemônica, algumas preocupações são necessárias, como pontuar alguns conceitos que são utilizados de forma negativa pela grande mídia, como “ocupação e invasão”, assim Morissawa deixa claro:

Na maioria das vezes, a imprensa usa a palavra invasão, em vez de ocupação, para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra dentro de uma fazenda. É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. [...] A ocupação é para o MST uma ação voltada a abrir espaço para a luta e resistência. Com ela se cria uma outra condição para o enfrentamento. Ao realizá-la, os sem-terra conquistaram a possibilidade de negociação (MORISSAWA, 2001, p.132).

Na terceira parte, é possível entender detalhadamente qual foi processo de formação do MST e sua organização enquanto movimento nacional. Desde os primeiros congressos, os encontros nacionais e as respostas da classe dominante. Há também a desmistificação das formas de luta como, acampamentos, manifestações, ocupações, marchas, na tentativa de sempre trazer para o autor a visão do MST e não da mídia. A quarta parte é mais voltada para a reflexão das formas de produção e organização do MST, pensando a prática pedagógica do movimento e sua influência para a sociedade como um todo.

Refletindo sobre a proposta do livro, o conteúdo e a didática da linguagem utilizada, conclui-se que a obra é de extrema importância para o campo da educação. É um importante recurso para ser utilizado em sala de aula, para apresentar uma história tão densa e importante.

#### **Rompendo a Cerca- A História do MST. Sue Branford e Jan Rocha, 2004**

As autoras Sue Branford e Jan Rocha são jornalistas inglesas, que adotaram o Brasil para morar e trabalhar por um tempo e assim acompanharam o cotidiano e a



narrativa dos sem-terra por dezoito meses. A obra fora publicada pela editora Casa Amarela no ano de 2004 e é desenvolvida em quatro fases. Logo de início, Branford e Rocha expressam sua proposta para o livro assinalando que:

Escrevemos esse livro para relatar uma das maiores histórias ainda não contadas do Brasil moderno: a dramática luta de milhares de homens e mulheres para fugir da pobreza e da degradação e encontrar uma nova vida, tornando-se cidadãos ativos, em vez de pessoas de segunda classe, a margem da sociedade. Durante 18 meses, viajamos pelo Brasil, de avião, ônibus, canoa e carroça, para ouvir as histórias de dezenas de sem-terra, os homens e mulheres que lançaram o MST, um dos movimentos populares mais poderosos do mundo"(BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17).

As autoras aprofundam-se sobre a trajetória e expansão do MST na primeira fase da obra, traçando um panorama histórico do mesmo, desde sua origem até a sua consolidação como um movimento nacional. A partir disso, detalham brevemente sobre os antecedentes dos conflitos agrários no Brasil, para logo após apresentarem o surgimento do Movimento e suas mobilizações, relacionando-o com o cenário histórico e político do país.

Após trabalharem a caminhada e a difusão do MST, na segunda fase da obra as escritoras expõem a respeito da forma estratégica do movimento para conquistar a terra através de sua metodologia fundamental, a ocupação de terra. É discorrido sobre realizações após a ocupação, já que o movimento busca ir além da conquista, dedicando-se ao aprofundamento em suas bandeiras de luta, como a agricultura e o acesso à educação, por isso, “Onde quer que haja uma ocupação, acampamento ou assentamento do MST, há uma escola.” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.157).

Na terceira etapa da obra, são apresentados os principais empecilhos enfrentados pelo MST, como a repressão exercida pelo Estado para com os integrantes, a ofensiva do governo FHC na tentativa de enfraquecimento do MST e a penetração intensa do capital da agricultura brasileira, que reprime umas das bandeiras principais do MST, a agricultura sustentável.

Na quarta e última etapa, Branford e Jan demonstram como o MST responde as dificuldades históricas que vem enfrentando, a partir do desenvolvimento de uma nova possibilidade econômica, que representa uma agricultura orgânica e saudável, como uma alternativa ao modelo implantado pelo Estado que favorece o agronegócio. No final, as autoras destacam e contextualizam outros movimentos históricos que se apresentam de forma semelhante.



Com relação à narrativa do livro, as autoras constroem a história da trajetória do movimento e dos acontecimentos da História do Brasil entrelaçados numa caminhada marcada por luta e repressão, dando ênfase a vinculação do MST com o cenário histórico e político do Brasil. É de se destacar a preocupação das autoras de colocar o MST no meio da prática jornalística, diferentemente da prática realizada pelas mídias de massa tradicionais, como os telejornais e jornais impressos nacionais, que depreciam os fatos ou descaracterizam o movimento ao apresentar outra face.

É possível fazer esta afirmativa devido aos fatores observados durante a análise do livro-reportagem, como, o tempo dedicado para o aprofundamento e pesquisa sobre o tema, a própria composição de sua narrativa e pelo tratamento dispensado, seja expondo sua trajetória de luta ou dando voz aos integrantes. Configurando assim um trabalho jornalístico que busca humanizar o sujeito e não espetacularizar ou criar estereótipos preconceituosos sobre o que se trata o movimento.

A vivência no movimento também é importante para a construção da narrativa. Em um dado momento é relatado pelas autoras que “Certa noite, nós e 40 sem-terra dormíamos nas barracas de lona preta de um acampamento quando chegaram 30 pistoleiros para expulsar-nos dali” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17). Com base em sua experiência nos assentamentos, as autoras entendem que o MST vai para além da questão agrária somente, e incluem trabalhos sociais importantes para um desenvolvimento humano digno.

“O MST mostra que há um outro caminho. Como aconteceu inúmeras vezes, o movimento recebeu dependente de drogas, crianças de rua emocionalmente perturbadas e até criminosos violentos e cooperou para que eles se tornassem cidadãos produtivos e realizados” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.18).

Por fim, acredita-se que as jornalistas procuraram realizar um trabalho de apuração aprofundada sobre o assunto procurando estar nas condições que os sem-terra no momento de uma ocupação, por exemplo. A partir dessa experiência, descrevem o que significa esse movimento, expondo que sua luta tem um caráter mais amplo do que somente a terra, a luta é por transformações concretas na sociedade. E apresentaram perspectivas de forma contra hegemônica realizando uma representação contributiva sobre a História do MST.

**Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Eduardo Scolese; com fotos de Sergio Lima, 2008**



Trata-se de um livro-reportagem, publicado em 2008 pela Editora Record e escrito pelo jornalista Eduardo Scolese com o fotógrafo Sérgio Lima, ambos trabalhavam para a Folha de São Paulo. A proposta dos autores foi rodar o Brasil inteiro em busca dos 20 fundadores do MST e contar suas histórias, somente 17 foram encontrados, 15 homens e 2 mulheres. A produção das entrevistas dura 45 dias, 11 mil km rodados pelo Brasil.

A viagem começa no Rio Grande do Sul, onde surgiram as primeiras ocupações de terra nos 1970, que daria origem ao MST na década seguinte. As entrevistas são muito voltadas para a participação individual da pessoa no processo de construção do Movimento. As narrativas são compostas com quase um início, meio e fim, da trajetória de participação do militante dentro do MST.

A proposta de Eduardo é entender as trajetórias dos fundadores, de que forma se desenvolveu a ideia de um movimento social, como se organizavam e pensavam, para buscar entender como as trajetórias individuais se cruzavam para construir o movimento. As entrevistas constroem-se numa narrativa cronológica caminhando para o atual momento da vida de cada um. Ao decorrer do texto, além da vida pessoal, aparecem críticas ao processo de fundação do Movimento e das ações que foram tomadas até o momento. A leitura fornece algumas informações do MST, mas o foco é a vida daqueles que participaram da criação do mesmo.

Uma crítica importante é em relação ao olhar do autor aos problemas relacionados ao gênero, como a maternidade. A maioria das pessoas envolvidas tinham filhos, e quando a entrevista era feita com homens, a condição de ser pai não era um peso tão determinante para o direcionamento da conversa. Vários integrantes deixaram seus filhos em outros lugares, com outras pessoas, ou sobrecarregando a esposa e isso nem sempre era questionado ou posto negativamente. Mas no caso de uma entrevista feita com uma mulher, o tom foi bem diferente. A impressão de julgamento foi muito forte, pois para o autor isso era uma questão determinante para o andamento da conversa. “Reuniões em São Paulo com a direção nacional do movimento e audiência em Brasília com comando do Inca a afastavam dos três filhos.” (SCOLESE, 2008, p. 69). A entrevistada conta brevemente sobre ameaças de morte que sofrera enquanto diretora regional do MST, em um debate ao vivo pela TV, e logo em seguida o autor continua:

Semanas depois do debate na televisão, a diretora do MST teria, mais uma vez, de deixar os filhos no assentamento Padroeira do Brasil, em Nioaque, para percorrer o interior do estado e lidar com as demandas do movimento (SCOLESE, 2008, p.72).



E no decorrer do texto o autor dedica 4 páginas para contar um acidente que a filha da entrevista havia sofrido, acidente este que nada teve a ver com a militância da mãe, ou com a ausência da mesma, foi inclusive em um momento onde ela havia dado uma pausa na atuação dentro do MST. Porém Scolese continua com o tom de abandono materno, anos após o acidente: “A casa de Santina mais parecia uma enfermaria do povoado, e ,por muitas vezes, ela deixava de cozinhar para os filhos para cuidar dos doentes vindos da floresta “(SCOLESE, 2008, p. 79); Sendo que esta fala refere-se a uma parte da vida da entrevistada que duas dos três filhos já tinham 14 e 21 anos. E para acentuar ainda mais este lugar feminino dado pelo autor, o nome deste capítulo é “Campo e cozinha”, sendo que em nenhum momento a entrevistada refere-se à cozinha como um lugar que ela esteve por muito tempo.

Por parte de Scolese, fica perceptível em alguns momentos que a narrativa se porta como uma interpretação subjetiva com relação a fala do entrevistado, em determinados pontos. Como quando o autor classifica a militância como algo negativo, por exemplo: “Geraldo chegou empolgado à nova terra, mas logo foi engolido pelo vício da militância” (SCOLESE, 2008, p.54). Enquanto o entrevistado termina a entrevista referindo-se ao MST não como um fardo, que seria o vício, mas como tesouro, “A organização é o principal tesouro que a gente tem.” (SCOLESE, 2008, p.61).

Em alguns capítulos o autor inicia uma crítica, relacionada ao Movimento ou política, mas não contextualiza, muito menos se aprofunda, o que por vezes deixa o texto vago. Um exemplo é em um capítulo que Scolese escolhe na frase em destaque uma crítica ao Bolsa Família, o texto indica que o programa é responsável por uma desmobilização do camponês para com o MST, mas sem nenhuma referência ou dados que comprovem sua fala.

Carro-chefe da área social do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família transformou-se num perigo de desmobilização para o MST. Os lavradores sem-terra e os demais desempregados com potencial para integrar o movimento, inflar acampamentos e realizar ocupações de terra se sentem compensados com a transferência de renda e, ao mesmo tempo, desestimulados a viver debaixo de uma barraca de lona à espera de um assentamento. Geraldo, nas andanças pelo estado encontra essa realidade (SCOLESE, 2008, p. 57).

Por fim, por melhor que seja a proposta de Scolese e Lima, a narrativa por vezes torna-se caricata, ou com pontos soltos. No geral trata-se de uma boa leitura por contar com detalhes subjetivos das entrevistas, que somados às fotografias dão um tom artístico para a obra. Para um olhar mais crítico, ou acadêmico, o livro torna-se insatisfatório para



a compreensão do Movimento. Pensando a proposta deste artigo, a obra de Scolese contribui para a narrativa hegemônica em relação ao MST, pela postura adotada pelo autor ao contar a história, principalmente por não adentrar nos pontos relevantes à desmistificação do movimento social. E também pela escolha de um vocabulário que contém um tom acusatório, em alguns momentos até negativo.

E pensando através de Foucault, e sua relação com o poder que contém o discurso, fica a pergunta deixada pelo mesmo, “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1996. p.8).

### Conclusão

Ao longo do trabalho pudemos entrar em contato com diversas áreas do conhecimento, cada uma com suas preocupações ao compreender o MST e sua relação com a luta pela terra e pela reforma agrária. Este artigo buscou entender como estas narrativas são construídas, através de quais fontes e principalmente a partir de qual lente, hegemônica ou contra hegemônica, academicista, informativa e/ou literária.

Além disso, outra questão se fez presente na análise bibliográfica proposta, seria possível achar um denominador comum em diferentes produções? Mesmo com diferentes formas de produção de conhecimento e de narrativa, o MST fora retratado de forma homogênea em todos os campos. Entendendo que em algumas obras, principalmente jornalísticas, o olhar hegemônico da grande imprensa pode pesar nas escolhas da produção do discurso.

Como já vimos anteriormente no texto, a partir da perspectiva de Foucault sobre o discurso, existe um perigo da classe hegemônica monopolizar a produção dele, e esse, reverberar em toda a sociedade, contribuindo para a manutenção dos princípios de exclusão.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p.10).

Então, entende-se que para além da produção de uma mera narrativa, o discurso tem o poder de criar uma realidade e principalmente produzir significados dentro de uma



sociedade, que pode se traduzir em aceitação ou exclusão, ou seja, o discurso tem o poder de criar inimigos ou aliados. Por isso é sempre importante questionar a produção de narrativa do MST, pois pode ser cara ao Movimento social como um todo.

É imprescindível o olhar para o passado do MST visualizando as lutas que o antecederam, o contexto político que o Brasil se encontrava em meados das décadas de 1960 e 1970, de anos fechados em uma ditadura civil militar. Para todas as obras foi também extremamente necessário perceber o contexto social onde as pessoas, os trabalhadores sem-terra, estavam envolvidos e vistos como sujeitos históricos. Pensar o MST, e outros movimentos sociais, é entender que nele há movimento real, e que há uma forma de agir que atravessa o indivíduo e a partir dele nasce um coletivo, que vive e pratica a ideologia que o construiu e que faz com que permaneça vivo e necessário.

**Data de Submissão:** 29/05/2020

**Data de Aceite:** 21/07/2020



### Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança. / Comissão Nacional de Formação da CPT. 1eD. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997
- JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1962.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. História dos movimentos sociais no campo. Rio de janeiro: FASE. 1989.
- MITZUE, Morissawa. A História da luta pela terra no Brasil e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- ROCHA, Jan e Branford, Sue. Rompendo a cerca. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- SCOLESE, Eduardo. Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA. José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.